

A INTERVENÇÃO COMO MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: O CASO DO MUSEU GEORGES BERNANOS

Daniel de Paiva Dias Júnior¹

daniel.junior@arquitetura.ufjf.br

ÁREA: 3. MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO

Resumo

O artigo em questão pretende elucidar quais as principais alternativas existentes para se intervir em um bem portador de valor cultural que encontra-se em estado ruim de conservação, o que compromete a sua vivacidade na dinâmica de um determinado local. As possibilidades de recuperação da fisicidade de um objeto são reflexo do caráter e particularidade de cada bem, porém, deve-se destacar que estas ações devem ser efetuadas em conjunto com outras operações igualmente fundamentais, de cunho político e social. Como forma de explanar este pensamento, apresentaremos uma análise do Museu Georges Bernanos, um exemplar arquitetônico de exímia importância para a cidade de Barbacena, município localizado no Campo das Vertentes de Minas Gerais. Trata-se de um conjunto de edificações que foi morada do renomado escritor francês Georges Bernanos entre os anos 1940 e 1944, refugiado no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1968 a prefeitura inaugura no local um museu-casa em sua homenagem, consagrando-se como um marco cultural na cidade, sendo tombado em nível municipal pelo decreto 6043/2007, afirmando seu papel como patrimônio que merece ser preservado. Mesmo recebendo diversas atividades culturais, como aulas de dança, pintura, o conjunto arquitetônico apresenta sérios problemas em sua materialidade, além de deficiências de gerenciamento, o que compromete a qualidade do espaço físico e da instituição como museu. Desta forma, identifica-se que há necessidade de realizar intervenções para que o bem continue cumprindo seu papel como elemento detentor de memória.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural

Intervenção

Museu Georges Bernanos

¹ Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando em Projeto e Patrimônio pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LA INTERVENCIÓN COMO MANUTENCIÓN DE LA MEMORIA COLECTIVA: EL CASO DEL MUSEO GEORGES BERNANOS

Daniel de Paiva Dias Júnior¹

daniel.junior@arquitetura.ufjf.br

AREA: 3. MANUTENCIÓN Y RESTAURACIÓN

Resumen

El artículo en cuestión pretende elucidar cuáles son las principales alternativas existentes para intervenir en un bien portador de valor cultural que se encuentra en mal estado de conservación, lo que compromete su vivacidad en la dinámica de un determinado lugar. Las posibilidades de recuperación de la fisicidad de un objeto son reflejo del carácter y particularidad de cada bien, pero se debe destacar que estas acciones deben ser efectuadas en conjunto con otras operaciones igualmente fundamentales, de carácter político y social. Como forma de explicar este pensamiento, presentaremos un análisis del Museo Georges Bernanos, un ejemplar arquitectónico de eximia importancia para la ciudad de Barbacena, municipio ubicado en el Campo de las Vertientes de Minas Gerais. Se trata de un conjunto de edificaciones que fue morada del renombrado escritor francés Georges Bernanos entre los años 1940 y 1944, refugiado en Brasil durante la Segunda Guerra Mundial. En 1968 el ayuntamiento inaugura en el local un museo-casa en su homenaje, consagrándose como un marco cultural en la ciudad, siendo tumbado a nivel municipal por el decreto 6043/2007, afirmando su papel como patrimonio que merece ser preservado. A pesar de recibir diversas actividades culturales, como clases de danza, pintura, el conjunto arquitectónico presenta serios problemas en su materialidad, además de deficiencias de gestión, lo que compromete la calidad del espacio físico y de la institución como museo. De esta forma, se identifica que hay necesidad de realizar intervenciones para que el bien continúe cumpliendo su papel como elemento poseedor de memoria.

Palabras clave: Patrimonio cultural

Intervención

Museo Georges Bernanos

Introdução

A elaboração do presente artigo tem por motivação o desenvolvimento das pesquisas realizadas para dissertação de mestrado deste autor. Dispondo como objeto de estudo o Museu Georges Bernanos, localizado no município de Barbacena – Minas Gerais, as investigações e discussões têm possibilitado uma série de análises que englobaram desde a identificação do bem até os diagnósticos e estudos iniciais de viabilidade da proposta. Nesse viés, têm-se procurado compreender quais os desafios e as alternativas existentes para se intervir em um objeto portador de valor cultural, de modo que as ideias sejam elaboradas e efetivadas de forma respeitosa, estimulando progressivamente o reconhecimento e apropriação por parte das pessoas, que são os agentes culturais necessários para a preservação.

Objetiva-se, sobretudo, realizar uma explanação dos principais conceitos relativos à recuperação dos bens culturais possuidores de valores, visto que é possível observar os grandes equívocos que são cometidos por inúmeros arquitetos frente aos projetos realizados sem a devida qualificação, sem fundamentações e que recebem, constantemente, a anuência dos órgãos de fiscalização.

Partindo deste contexto, pretende-se identificar, previamente, quais as ações possíveis quando tratamos de projetos de intervenção em patrimônio cultural, desvendando os conceitos e atuações concernentes a cada operação. Posteriormente, serão explanados os pensamentos acerca da importância da memória como elemento primordial da preservação. Por fim, será apresentado o estudo de caso, já identificado, que poderá ilustrar na prática estes desafios e pensamentos. Vale pontuar, sobretudo, que somente a atuação sobre a materialidade do bem não possibilitará uma resposta e conclusão satisfatória de projeto. É fundamental atrelar também as operações de cunho social e político, envolvendo, acima de tudo, a comunidade e seus anseios.

Os estudos e conclusões a serem apresentados têm como base as análises elaboradas durante visitas ao local, conversas com os funcionários do Museu, documentos e fotografias antigas, consultas em bibliografias específicas desta temática e o próprio conhecimento deste autor adquirido com o decorrer de sua trajetória acadêmica. Desta maneira, almeja-se contribuir para as discussões relacionadas à prática projetual, com o intuito de que elas sejam efetivadas de forma mais criteriosa, tomando como base as posições críticas que vêm sendo estudadas pelos teóricos da restauração desde o século XIX.

1 Intervenção no patrimônio edificado: conceitos e ações

Um projeto de arquitetura engloba um série de análises que buscam dar resposta aos anseios de um cliente, através de desenhos base para a execução da ideia. Levantamento de dados, uso e ocupação do solo, programa de necessidades, análise do sítio, da insolação, ventilação, estudo de viabilidade, orçamento, materiais de acabamento, estes são apenas alguns dos diversos itens que o transcurso do projeto deverá englobar. É complexo e demorado, pois cada lugar possui uma essência, cada pessoa que deposita no arquiteto o trabalho de materializar seu desejo espera se satisfazer com o resultado.

Quando tratamos da intervenção em um objeto que é considerado patrimônio cultural há um diferencial, pois o arquiteto estará trabalhando com uma edificação já existente que possui uma importância para a sociedade. Este caráter foi adquirido através do estabelecimento de valores por parte da coletividade, seja ele histórico, artístico, arquitetônico, que culminou na necessidade de se preservar esta materialidade, muitas vezes efetivada pela proteção legal do bem, dada através do tombamento. Portanto, deve-se ter o entendimento de que uma proposta de intervenção em um bem dotado de valores conterà uma série de particularidades, além daquelas



previamente explicitadas concernentes a um projeto de arquitetura convencional. Cabe, então, ao arquiteto, promover estas adaptações de forma prudente e embasada, guiada por estes valores que o bem possui.

Tendo em vista estas questões, há de se identificar quais são as possibilidades existentes quanto aos conceitos e ações práticas referentes às propostas de intervenção nestes objetos tão singulares. O termo “intervenção” é identificado aqui como o mais adequado a ser utilizado, por possuir um caráter mais abrangente, visto que cada objeto demandará uma ação distinta.

Restauração

A palavra “restauração” ou “restauro” é a mais utilizada dentro do campo da arquitetura e, principalmente, por parte do conhecimento leigo, visto a sua divulgação pela mídia e em função também do que é anunciado em licitações públicas. Todavia, se analisarmos mais criteriosamente, perceberemos que ela vem sendo colocada de forma errônea, pois uma obra nem sempre poderá conter ações de restauração. Ela é apenas uma das possibilidades existentes.

A evolução dos estudos acerca da preservação teve como um de seus principais momentos a contribuição de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, arquiteto francês considerado o precursor da arquitetura moderna. Através de suas pesquisas, ainda no século XIX, ele foi a primeira pessoa a desenvolver o conceito de restauração: “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 26). Todavia, seu estudo era pautado em uma unidade de estilo e não respeitava a autenticidade de cada bem.

Com o decorrer dos anos, outros estudiosos da área continuaram debatendo o assunto e propondo novas teorias, como John Ruskin, Camillo Boito e Alöis Riegl. Porém, somente no século XX que surge um novo conceito de restauro, elaborado pelo historiador e crítico de arte, Cesare Brandi. Para ele, “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” (BRANDI, 2004, p. 30).

O trabalho de Brandi é um dos mais consistentes e serve de base para os estudos contemporâneos relacionados ao tema. Ele foi um necessário pilar para a elaboração da Carta de Veneza de 1964, um dos mais importantes documentos internacionais relacionados ao tema, que cria também um conceito para restauração:

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo o trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. (ICOMOS, 1964, p. 2)

Na atualidade, portanto, tem-se buscado compreender e aplicar estes preceitos da melhor forma possível, levando em conta diversos fatores. Podemos afirmar, resumidamente, que restaurar é reestabelecer uma leitura da edificação que se perdeu, através de sua unidade potencial. Deve-se estar atento aos princípios teóricos para a realização desta ação, que é feita de forma minuciosa, sem adotar hipóteses. Ademais a vertente contemporânea crítico-conservativa nos mostra que:

[...] a restauração assume uma posição conservativa, de forma prudente, que não significa de modo algum congelamento, e não prescinde, antes, propõe, quando necessário, o uso de recursos criativos (utilizados, porém, com respeito pela obra e não em detrimento dela), necessários para tratar várias questões que podem estar, e em geral estão, envolvidas na restauração, tais como a remoção de adições e reintegração de lacunas. É postura fundamentada no juízo histórico-crítico, na análise da relação dialética entre

as instâncias estéticas e históricas de cada obra, caso a caso, que exclui, na prática, qualquer tipo de interpretação mecânica de relação causa-efeito. É postura, pois, que devota grande atenção aos valores documentais e formais da obra como imagem figurada. (KÜHL, 2006, p.26)

Conservação

A conservação é um ação que possui uma trajetória teórica próxima da restauração. O embate entre estes dois termos perdurou o século XIX, com os posicionamentos e estudos de Viollet-le-Duc e Ruskin. Este posicionamento é muito decorrente do cenário ao qual eles faziam parte. O primeiro era francês e vivia em um contexto de pós Revolução Francesa, onde almejava-se o desenvolvimento. Já John Ruskin era um homem que vivia o romantismo inglês pós Revolução Industrial. Era contra qualquer intervenção, pois o ideal seria preservar a pátina², onde tudo tem início, meio e fim. As ruínas representariam, então, o coroamento à essa pátina, pois expressa justamente esse tempo sobre a obra. Restauração, para Ruskin, significava a destruição de um edifício, de seu valor autêntico. Prezava pela conservação, que poderia ser feita, por exemplo, apenas por um escoramento, com a finalidade de prolongar a vida do bem.

Com a pensamento de Boito, que tenta unir os posicionamentos dos dois teóricos acima, os critérios tomam uma proporção mais consistente. Ele era a favor de se conservar para não precisar restaurar e afirmava que não se deveria conservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas também os sucessivos acréscimos devido ao tempo. Este posicionamento é muito relevante e perdura até hoje nas intervenções, visto que é importante darmos ênfase ao caráter documental dos monumentos como forma de preservar a sua estratificação no tempo, através do reconhecimento das técnicas construtivas, por exemplo.

Sobre o termo, a Carta de Burra aponta que a “conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural.” (ICOMOS, 1980, p. 1). Desta maneira, podemos afirmar que são ações de manutenção cotidiana destinadas a diminuir as degradações que afetam os bens materiais através da eliminação das causas para o seu aparecimento. São realizadas no ambiente ao qual estão expostos o bem (chamada, então, de conservação preventiva) ou no próprio bem em si, como forma de preservar a materialidade, visando a manutenção dos valores a ele estabelecidos.

Consolidação e Reutilização

A consolidação consiste na utilização de materiais isolantes ou de reforço com o objetivo de assegurar a integridade física ou estrutural de parte ou de toda a edificação. Pode estar ligada tanto à conservação ou mesmo a uma restauração do patrimônio edificado.

Camillo Boito já mencionara o termo nos sete princípios fundamentais elaborados por ele que deveriam servir como critérios de intervenção em monumentos históricos, apresentados durante o Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos realizado em Roma em 1883. Os monumentos deveriam ser “preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; [...] as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando a perda de elementos característicos ou, mesmo, pitorescos.” (BOITO, 2003, p. 21).

Reutilização ou reabilitação é o conjunto de operações destinadas a tornar o edifício apto a novos usos, diferente do qual foi concebido. Isso implica em uma série de fatores que são importantes de serem levados em conta, pois o uso é primordial para que um edifício possua vida e mantenha-se bem conservado, aliado à conservação. Todavia, deve-se ficar atento à compatibilidade que este novo uso terá com a preexistência.

² Marcas da passagem do tempo.

Giovanni Carbonara elucida a importância do uso em seus estudos atuais:

Considera a reutilização a forma mais eficaz para garantir a preservação de um bem – algo já detectado e enfatizado em meados do século XIX por autores com formulações tão díspares quanto Viollet-le-Duc e Ruskin –, pois um monumento sem uso se deteriora de modo rápido, enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos. (KÜHL, 2009, p. 207)

Revitalização e Requalificação

Ambos os termos são amplamente utilizados quando relacionados às intervenções urbanas que visam a modificação e melhoria dos ambientes da cidade e, principalmente, dos espaços públicos. Todavia, estas terminologias podem também ser empregadas no que concerne à intervenção arquitetônica em objetos portadores de valores.

De acordo com o Manual de Elaboração de Projetos do Programa Monumenta, o termo revitalização consiste no “conjunto de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou conjuntos de edificações de valor histórico de apoio à ‘reabilitação’ das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos.” (IPHAN, 1999, p. 14). Contudo, a partir destas interpretações, é possível desassociar estes conceitos.

Podemos interpretar, de uma forma mais simplificada, que a revitalização compreende ações que visam dar vida a um local, objeto ou sítio que encontra-se extremamente degradado e sem nenhuma vivacidade, uso ou apropriação. Já o termo requalificação, como o próprio nome sugere, designa-se ao conjunto de práticas que tem por finalidade dar mais qualidade ao existente, uma vez que este objeto ainda possui vida ou uso, mas demanda ações de melhoria para suprir as necessidades dos usuários.

2 A memória como elemento primordial da preservação

Através dos estudos que analisam a arquitetura sob o olhar fenomenológico, têm-se buscado compreender melhor quais são as relações do homem com o espaço que ele habita, sobretudo explorando-se as diversas experiências estabelecidas e vivenciadas, pois habitar “implica dotar o mundo de coisas que respondam aos diversos níveis de solicitação, pois, no fundo, a necessidade utilitária nasce de uma motivação existencial.” (CARSALADE, 2014, p. 123).

Tratando este “local habitado” como os ambientes que os quais o homem convive e deposita suas significações, aponta-se o fato de que eles podem ser detentores de memórias e histórias, presentes em cada traçado das ruas, nas lembranças e recordações das pessoas, na própria arquitetura, na paisagem, orientando o ser humano no espaço e no tempo, pois “[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão.” (CALVINO, 1990, p. 14-15).

Nesse viés, principalmente quando nos referimos à arquitetura e ao urbanismo, devemos buscar compreender, então, quais são esses sentimentos de orientação e significação, pois ela “articula a experiência de se fazer parte do mundo e reforça nossa relação de realidade e identidade pessoal.” (PALLASMAA, 2011, p. 39). Portanto, precisamos estar cada vez mais atentos e dispostos a conhecer e experimentar os lugares onde nos sentimos “habitados”, para que possamos compreender também quais são esses elementos que nos fazem sentir pertencentes a eles.

A arquitetura é elemento primordial e fundamental na vida do ser humano. Além de ser referência de orientação no espaço e tempo, ela pode deter valores simbólicos para um grupo de pessoas ou sociedade, o que a torna única, pois como afirma Ruskin (2008, p. 54), “[...] podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.” Nesse viés, é

necessário identificarmos quais são estes significados atribuídos para que, de forma consciente, possamos intervir, bem como aponta Leonardo Barci Castriota:

Para se decidir o que é patrimônio e para se manter não os bens materiais por si mesmos, mas os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porque e como o patrimônio é valorizado, e por quem. (CASTRIOTA, 2009, p.107)

Analisando, portando, como se dá esse estabelecimento de valores por uma sociedade ou grupo, destacamos o trabalho de Riegl (1987, p.41), onde afirma que “o valor de arte de um monumento se mede pela maneira com que ele satisfaça às exigências da vontade artística”. Isso significa que as obras de arte, em geral, despertam afinidades no espírito humano do observador, que, por sua vez, atribui valores àquilo que lhe propicia este sentimento; por isso, a sua presença, como um ser dotado de cultura, é tão fundamental para que possamos identificá-las e, conseqüentemente, preservá-las. Nesse sentido, então, o monumento contribui para a manutenção da memória individual e/ou coletiva de um indivíduo ou grupo social, assim como frisa Françoise Choay:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p. 18)

Desta forma, a memória é de grande relevância quando se busca estudar as relações e valores que o bem cultural possui, sendo ela marcada por aquilo que vivemos, através do conhecimento que adquirimos, e pelo relato e experiência de outras pessoas. Conseqüentemente, estes valores deverão guiar as ações de intervenção, de forma que a contribuir efetivamente para a preservação e transmissão do legado cultural também para as futuras gerações.

3 O caso do Museu Georges Bernanos

O objeto de estudo analisado em questão trata-se do Museu Georges Bernanos (Figura 1), um importante conjunto arquitetônico que abrigou entre os anos 1940 e 1944 a residência do famoso escritor francês Georges Bernanos (

Figura 2), tornando-se, em 1968, um museu em sua homenagem, consagrando-se como um marco cultural, vindo a ser tombado em nível municipal pelo decreto 6043/2007, afirmando seu papel como patrimônio que merece ser preservado.



Figura 1: Museu Georges Bernanos. Foto: Daniel Paiva. Novembro de 2017



Figura 2: Georges Bernanos em 1928. Fonte: Acervo do Museu Georges Bernanos.



O Museu está localizado na cidade de Barbacena, município pertencente à mesorregião do Campo das Vertentes do estado de Minas Gerais, Brasil. Sobre sua situação na municipalidade, o ele se encontra dentro da área urbana, a cerca de 4km da região central, no bairro Vilela, mais precisamente na rua Coronel Cipriano Rodrigues de Miranda, s/n°. O estabelecimento funciona de segunda à sexta-feira, de 7 às 18hs e é aberto de forma gratuita ao público.

O conjunto passou por diversas estratificações no decorrer dos anos (Figura 3), onde alguns edifícios foram demolidos (Figura 4), reconstruídos e descaracterizados (Figura 5). Atualmente, além do uso de museu, o conjunto possui um calendário de atividades bem vasto. São oferecidas aulas de *ballet*, *karaté*, ginástica, capoeira, violão, pintura em tecido, crochê, escolinha de futebol, grupos de receita e saúde. Algumas atividades são gratuitas, outras particulares. Além dos professores de cada ofício, a instituição conta também com mais cinco funcionários: um diretor, uma secretária, uma auxiliar de serviços e dois vigias noturnos.



Figura 3: Sítio da Cruz das Almas. Fonte: Acervo do Museu. 1944.



Figura 4: O conjunto foi quase todo demolido. Fonte: Acervo do Museu. Década de 1960.



Figura 5: Vista da atual situação do bem. Foto: Daniel Paiva. Novembro de 2017.

Valor do bem

Após estas análises iniciais, pode-se afirmar, de imediato, que o conjunto possui grande valor arquitetônico, histórico e cultural. Todavia, ele representa também um símbolo de memória coletiva e marco para os moradores de Barbacena e, principalmente, para as pessoas que utilizam este espaço, tanto para os que visitam o museu em busca de conhecimento, quanto para aqueles que frequentam as aulas, oficinas e atividades ali realizadas.

Para que estas referências continuem existindo e para que outras pessoas possam se sentir habitadas e pertencentes ao Museu, identifica-se que é necessário manter também a sua materialidade viva. O tombamento por si só não garante que isto aconteça. Após análises *in loco*, conversas com frequentadores do espaço e comentários virtuais, foi possível identificar que as pessoas anseiam por melhorias. Algumas lamentam pelo estado de conservação (apesar da manutenção existente), outras alegam que se houvesse mais divulgação e sinalização na cidade indicando o local, mais pessoas teriam acesso. É necessário, pois, realizar estudos adequados, identificar as deficiências e buscar soluções mais assertivas para intervir no objeto.

As possibilidades de intervenção

Após análises previamente estabelecidas, contendo também elementos aqui não explicitados, devido ao foco do trabalho, serão apontados agora os primeiros ensaios que refletem as possibilidades de ações que garantirão a preservação do bem.

O Museu Georges Bernanos – mesmo contendo essa classificação, que o identifica como um local de exposição de objetos que possuem algum valor – é marcado por usos diferenciados, onde pessoas usufruem do local para realizarem atividades diversas, de caráter gratuito ou não. Estas práticas são realizadas, em sua maioria, na parte interna de alguns edifícios. Porém, estas



preexistências não estão em condições adequadas para atender a esta demanda, uma vez que são notórios os problemas na estrutura física destes espaços, tanto da edificação em si, quanto do espaço que deve ser oferecido conforme cada aula a ser ofertada. Indica-se, então, que a proposta englobe ações de requalificação, vislumbrando atender às necessidades explicitadas.

Um dos fatos mais importantes a serem ressaltados também é a necessidade de manutenção dos locais onde se encontra o acervo do Museu. Estas obras, que variam de livros, a fotografias e mobiliários pessoais do escritor, ficam dispostas entre os diversos cômodos do edifício mais antigo. Porém, devido ao fato de a cobertura desta edificação se encontrar muito danificada pelo ataque de organismos xilófagos e, principalmente, ação das intempéries, este patrimônio encontram-se em risco. Com a finalidade de sanar os danos existentes nestas edificações, vislumbra-se que sejam realizadas as ações de conservação, indispensáveis para garantir que os elementos construtivos não comprometam o funcionamento do bem, como por exemplo a necessidade de substituição destas coberturas e forros que demandam urgentemente de reparos. Prevê-se também a realização de ações de restauração nestes edifícios, tendo em vista que é possível identificar que a leitura do Museu encontra-se descaracterizada e há, através de registros, a base necessária para que se realizem estas intervenções.

Quanto às edificações que foram reconstruídas, elas serão tratadas como caráter documental do edifício, pois possuem funcionalidade e não se configuram como elementos espúrios, uma vez que contribuem para o entendimento do complexo como um todo. Todavia, é importante que o projeto vislumbre deixar relatado aos usuários do espaço a informação verídica a respeito de sua historicidade, para não correr risco de uma interpretação de falso histórico.

Por fim, como forma de trazer ainda mais novas possibilidades, elucida-se a intenção de serem realizadas propostas de reutilização, para garantir que mais pessoas possam usufruir destes bens e como forma de ampliar ainda mais o caráter cultural do local, o que engloba também a perspectiva de se inserir um edifício anexo para dar suporte à preexistência, caso o programa não se adeque à situação atual.

Considerações finais

Este trabalho poderá contribuir para uma adequada caracterização das práticas projetuais relacionadas à teoria, uma vez que isto é amplamente ignorado por muitos profissionais da área. O estudo de caso possibilita exemplificar e orientar o que pode ser feito, buscando o respeito e a coerência da intervenção ao tratar os bens culturais e as devidas necessidades existentes. Esta preocupação de se qualificar a intervenção é de exímia importância, uma vez que reflete toda a trajetória de estudo e contribuição dos teóricos e dos debates internacionais que resultaram e resultam nas cartas patrimoniais.

Através do conteúdo teórico-conceitual que norteia e classifica as ações de intervenção em objetos portadores de valores culturais, históricos, artísticos e arquitetônicos, foi possível compreender qual a realidade do Museu Georges Bernanos e quais as alternativas existentes para se intervir no objeto de forma adequada.

A partir dos estudos realizados e dos resultados obtidos, nota-se que, mesmo havendo a preocupação de se conservar a “imagem” do edifício, muito ainda deve ser feito para que a sua materialidade possa ser preservada e, por conseguinte, os valores atrelados ao bem.

Com isso, pode-se afirmar que as intenções iniciais de proposta apresentadas já refletem a possibilidade e necessidade de que sejam realizadas intervenções mais criteriosas que busquem solucionar as problemáticas existentes, tais como os sérios danos que comprometem diariamente a segurança de quem até mesmo trabalha no local. É importante que se trate o bem cultural como um objeto único, com valores e necessidades individuais. Deste modo, o papel



social do arquiteto é extremamente essencial, uma vez que, ao preservar a materialidade e propondo a valorização do existente, os valores também estarão sendo preservados, visto que é fundamental determinar ações que contribuam para a manutenção da memória.

O Museu merece ser lembrado, as pessoas devem ser ouvidas, a história precisa continuar a ser contada. Barbacena tem nas mãos um exemplar que é referência cultural para o município e precisa abrir as portas para novas possibilidades e persistir para que este lugar único continue vivo.

Bibliografia

- (1) VIOLLET-LE-DUC, E. **Restauração**. Trad.: Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- (2) BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Trad.: Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- (3) ICOMOS. **Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios**. Veneza, s.ed. 1964.
- (4) KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.
- (5) ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra, s.ed. 1980.
- (6) BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Trad.: Paulo e Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- (7) KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização** – Problemas teóricos de restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- (8) INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta – BID, 2002.
- (9) CARSALADE, Flavio de Lemos. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- (10) CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1990.
- (11) PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- (12) RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Trad.: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.
- (13) CASTRIOTA. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- (14) RIEGL, Alöis. **O culto moderno aos monumentos**. Madrid: Visor, 1987.
- (15) CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001.